

**PROJETO: REDUÇÃO DA INFORMALIDADE DE
MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS POR MEIO
DO DIÁLOGO SOCIAL**

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO – I OFICINA 2011-
METAS DE FORMALIZAÇÃO NOS PILOTOS SELECIONADOS

Convênio ATN/ME – 11684-BR

Abril de 2011

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
DESCRIÇÃO DO EVENTO/OFICINA	3
PROGRAMAÇÃO	3
RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	4
APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES PILOTO CONSTRUÇÃO CIVIL EM CURITIBA	6
APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES PILOTO COMÉRCIO EM PORTO ALEGRE	7
APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES PILOTO CONFECÇÕES NO AGRESTE PERNAMBUCANO	8
APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES PILOTO SETOR RURAL EM ITUPORANGA	10
DIÁLOGO SOCIAL	11
ENCAMINHAMENTOS- CURSOS DE CAPACITAÇÃO	13
METAS DE FORMALIZAÇÃO	13
AVALIAÇÃO	14
ANEXO 1- FOTOS DA OFICINA	15
ANEXO 2 – APRESENTAÇÕES	18

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo registrar a I Oficina 2011- Metas de Formalização nos Pilotos, do Projeto: Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social realizada nos dias 14 e 15 de abril de 2011, em São Paulo, para a sistematização da metodologia e dos indicadores para a aferição das metas de formalização.

Nessa medida, as atividades da oficina se voltaram para a apresentação do cronograma das ações propostas para o ano de 2011, da definição da linha de base, dos indicadores e das metas parciais a serem atingidas, além de trabalhos em grupos e depoimentos dos representantes das instituições e entidades sindicais sobre o desenvolvimento do projeto nos pilotos selecionados, e o registro do modelo de intervenção.

DESCRIÇÃO DO EVENTO/OFICINA

Tipo de Atividade: Oficina

- Nome: I Oficina 2011- Metas de Formalização nos Pilotos Selecionados
- Local: Hotel Transamérica Executive, Rua Monte Alegre, Perdizes, São Paulo - SP
- Data: 14 e 15 de abril de 2011

PROGRAMAÇÃO

1º DIA- 14.04.2011

09h30 – Abertura e Apresentação dos participantes

10h00 – Apresentação das ações para 2011 e do cronograma de execução

11h00 - Esclarecimentos e debate

12h00 - Almoço

14h00 – Apresentação da Linha de Base, dos indicadores e metas atingidas até abril/2011: Piloto na Construção Civil (Curitiba) e Piloto Comércio (Porto Alegre)

2º DIA- 15.04.2011

09h00 – Continuação das apresentações: Piloto nas Confeções (Agreste Pernambucano) e Piloto na Agricultura Familiar (Ituporanga)

12h00 – Almoço

14h00 – Depoimentos dos representantes das instituições e entidades sindicais sobre o desenvolvimento do projeto nos pilotos.

15h00 – Trabalho de grupo: Conceito de Diálogo Social

16h00- Registro do modelo de intervenção (debate e sistematização), avaliação da atividade e encerramento.

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO
Alice Grant Marzano	SRTE-SP/MTE
Carolina Veríssimo Barbieri	MPS
Daniela Sandi	DIEESE
Floriano Martins	ANFIP
Francisco José C. de Oliveira	DIEESE
Jackeline Natal	DIEESE
Janine Berg	OIT
Joãozinho Althoff	FETAESC
José Álvaro Cardoso	DIEESE
Ledja Austrilino	NCST
Lenina Formaggi	DIEESE
Lúcia Garcia	DIEESE
Maria Helena de Oliveira	SEMAPI-RS

Paulo Jager	DIEESE
Ricardo Franzoi	DIEESE
Rosane Maia	DIEESE
Ruth Coelho Monteiro	Força Sindical
Sandro Pereira	IPEA
Stênia Cássia	DIEESE

ABERTURA- Dia 14.05.2011

Manhã

A abertura da Oficina foi realizada pela Coordenadora Geral do Projeto, Rosane Maia (DIEESE), com a programação das atividades e as apresentações dos participantes. Além de técnicos do DIEESE, a oficina contou com a participação de representantes das instituições que compõem o Comitê Técnico-Executivo: Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego (SRT/SP), Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Força Sindical e Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST.

Os participantes relataram a necessidade de definir as propostas para 2011 e de focar em algumas ações práticas, como a produção da cartilha do setor da construção civil para informar os direitos trabalhistas e previdenciários. Comentaram a expectativa de verificar os resultados que já foram alcançados nos pilotos selecionados e de obter dados para analisar a capacidade de contribuir com a execução das ações.

Após as apresentações, a Coordenação geral informou que a oficina tem como objetivo aprofundar na análise das ações propostas para 2011 e promover a primeira avaliação dos impactos observados nos pilotos selecionados. Em seguida apresentou o cronograma das ações no setor das confecções no Agreste Pernambucano, no setor da

Construção Civil em Curitiba/RS, no setor do comércio em Porto Alegre/RS e no setor rural em Ituporanga/SC. Destacou os meios desenvolvidos pela equipe de comunicação do DIEESE para difusão do projeto, como o boletim eletrônico, o blog e a página: “Dialogar para Formalizar” disponível no site do DIEESE, e enfatizou-se a importância desses instrumentos para a viabilização do diálogo social. Apresentou, por fim, os planos de ação propostos para cada piloto selecionado, definidos pelos representantes locais no Seminário de Integração de novembro de 2010.

Informou que os temas: sensibilização, conscientização e educação foram demandas identificadas em todos os pilotos.

Em seguida, apresentou-se aos participantes um vídeo produzido com os depoimentos de representantes de instituições que estiveram presentes no seminário de integração, realizado em novembro de 2011, em Brasília. Esses depoimentos foram postados no BLOG: Retrato informal.

Após, Francisco Oliveira, Coordenador de Pesquisas da Direção Técnica do DIEESE expôs a importância de incluir o tema educação como meta para cada piloto, tendo a expectativa de iniciar um processo de transformação cultural sobre a informalidade e cidadania. Mencionou que nas prioridades apresentadas nos pilotos, o programa de inscrição como Micro Empreendedor Individual – MEI não foi citado, e defendeu a necessidade de levantar as vantagens para o trabalhador autônomo, em especial no piloto do comércio em Porto Alegre/RS. Mencionou que a informalidade é um tema que não pode ser naturalizado, mas deve ser discutido entre as instituições para encontrar novas formas de reduzir o problema.

APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DO PILOTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL EM CURITIBA

A técnica do DIEESE Lenina Formaggi expôs a integração do projeto com algumas ações da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego de Curitiba/PR; como a distribuição do folder do projeto aos atendentes dos postos de atendimento ao trabalhador – SINE do município e, ainda, a divulgação do projeto nos eventos promovidos pela SMTE. Relatou a participação do DIEESE nas reuniões mensais do

Comitê de Incentivo à Formalidade e a contribuição do projeto para a reedição da cartilha direcionada aos trabalhadores da construção civil, que apresenta orientações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança em pequenas obras. Apresentou os indicadores e resultados do projeto, com destaque para os 99 trabalhadores do setor da construção civil registrados após ação do Comitê de Incentivo à Formalidade, no período de abril/10 a março/11.

Com a apresentação desses resultados, questionou-se a causa da redução do número de trabalhadores formalizados, mesmo após a ação do Comitê por meio de visitas às edificações e orientações sobre o processo de formalização. Em resposta, Lenina mencionou alguns fatores que contribuem para o resultado apresentado: a falta de continuidade no processo de formalização após as denúncias feitas pelo Comitê, fiscalização insuficiente, rotatividade dos trabalhadores e descompromisso do próprio trabalhador. De outro lado, a atuação do Comitê também propicia um efeito demonstração favorável a existência de obras com plena formalização dos trabalhadores contratados.

Os participantes destacaram a necessidade do Comitê de Incentivo à Formalidade em Curitiba reavaliar as ações realizadas, por se tratar de uma iniciativa importante para o piloto da construção civil. Sugeriram maior investimento na educação/conscientização, e que o acompanhamento após as visitas nas obras seja feito pelos sindicatos da construção civil, com o objetivo de diagnosticar os efeitos integrais da ação.

Mencionaram, ainda, a importância de pesquisa para traçar o perfil do trabalhador informal do setor da construção civil. Sobre o assunto, a representante da OIT, Janine Berg se dispôs a viabilizar o financiamento de pesquisa para contribuir com as ações do projeto e do Comitê de Incentivo à Formalidade. Outra sugestão de encaminhamento para o piloto foi a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para discutir propostas para formalização de trabalhadores do setor da construção civil.

APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DO PILOTO NO COMÉRCIO EM PORTO ALEGRE

A técnica do DIEESE Daniela Sandi apresentou as propostas definidas no Seminário de Integração para o piloto do Comércio em Porto Alegre, dentre elas, a realização de uma plenária de sensibilização para viabilizar um espaço de discussão e esclarecimentos sobre os meios de formalização. Informou a parceria entre a Secretaria da Produção, Indústria e Comércio (Smic) e o Sebrae/RS que lançou no mês de março de 2011 a Linha da Pequena Empresa que tem como objetivo facilitar a formalização de micro e pequenos empreendedores individuais e prestar orientações sobre gestão empresarial e auxílio ao micro crédito, concessão de alvarás, consultorias, entre outras informações. O ônibus funcionará até dezembro de 2011, percorrendo trinta e sete bairros da Capital.

Em seguida, apresentou os dados do Sebrae/RS de 2010 a 2011, com o total de 7.356 trabalhadores formalizados pela Lei do Micro Empreendedor Individual – MEI. Daniela mencionou a necessidade de analisar informações acerca de formalizações em outros pontos do comércio, além do espaço do Centro Popular de Compras (camelódromo) de Porto Alegre para alcançar as metas do projeto para o piloto. Foi sugerida pesquisa específica para traçar o perfil do trabalhador informal do setor do comércio, e com o resultado, identificar as formas de contribuições do projeto, bem como as capacitações a serem realizadas no piloto.

Os participantes destacaram outros pontos a respeito do setor do comércio, como a informalidade ligada ao comércio de produtos importados ilegalmente; a insuficiência de capacidade contributiva permanente; a condição dos vendedores de porta em porta de produtos de empresas como Avon e Natura, que atualmente somam mais de 800 mil consultores, sendo em sua maioria, trabalhadores sem relação de emprego; e a necessidade de investimentos em capacitação e criação de instrumentos de gestão para o MEI, considerando a expectativa de crescimento da renda do trabalhador no comércio.

APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DO PILOTO CONFECÇÕES NO AGRESTE PERNAMBUCANO

A técnica do DIEESE Milena Prado apresentou dados da RAIS/MTE, do período de 2008 a 2009 com o número de estabelecimentos do setor têxtil/confecções e

destacou o crescimento de 8,2% de trabalhadores no setor, nos municípios: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama/PE. Destacou algumas características do setor: a presença da mão-de-obra infantil na atividade de confecção de peças e vestuário, a predominância de trabalhadores do sexo feminino; e o nível do rendimento vigente.

Mencionou a atuação de associações comerciais na região, como a da ACIPA - Associação Comercial e Empresarial de Pão de Açúcar/PE, que vem desenvolvendo um trabalho de conscientização entre as costureiras sobre os benefícios da formalização, defendendo ainda, a criação de um selo ambiental e a melhoria nas condições de trabalho. Informou que o plano de ações para o piloto foi proposto com o objetivo de fortalecer as políticas de orientação, com base no diálogo social e no processo educativo, com ações que estimulem a mudança cultural da região (do lucro imediato para o enfoque no longo prazo), e qualificação da mão-de-obra por meio de capacitação continuada e práticas de profissionalização.

Comentou as dificuldades para mobilizar esses trabalhadores para participarem de eventos de sensibilização, conscientização, e/ou capacitação devido à natureza do trabalho por produção, além da dispersão e competição existente entre as unidades produtivas. Em seguida apresentou as ações propostas para o piloto: buscar inserir no currículo formal das escolas disciplinas sobre educação previdenciária; promover campanhas educativas de formalização nos cursos de capacitação a serem realizados no piloto; apresentação do projeto no Centro de Referência da Moda, em Caruaru/PE para dar continuidade à implementação das propostas; promover ações que estimulem a mudança cultural na região.

Após a apresentação, os participantes analisaram alguns aspectos do piloto de confecções do Agreste Pernambucano: a necessidade de identificar os atores sociais e de promover uma maior organização e representação dos trabalhadores; o debate e negociação tripartite com estímulos para o maior envolvimento dos diferentes atores sociais no diálogo social; a mudança na prática de banalizar e encarar a ilegalidade do trabalho como normalidade, superação das condições de trabalho precário e combate ao trabalho infantil (a exemplo de crianças que iniciam o trabalho e interrompem os

estudos; de pequenos empreendedores bem sucedidos com baixa escolaridade e que não possuem nenhum tipo de proteção social etc)

Considerou-se, por fim, a importância de se levantar os motivos que levam esses trabalhadores e empreendedores a permanecerem na informalidade e a premência de se apontar alternativas para o desenvolvimento local que considere a atual dinâmica do mercado de trabalho, tanto como as mazelas da falta de infra-estrutura, pobreza, forte concorrência advinda do comércio internacional etc. A heterogeneidade estrutural deverá ser analisado a partir de dados, em especial do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) a ser disponibilizado pelo Ministério da Previdência Social para se pensar em políticas públicas que contribuam com a melhoria das condições de trabalho de forma abrangente e sustentável.

APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DO PILOTO DO SETOR RURAL EM ITUPORANGA/SC

O representante da FETAESC Joãozinho Althoff apresentou a experiência do piloto na formalização de trabalhadores por meio da aplicação da Lei 11.718/2008, que regula a contratação por curta duração de segurados especiais, pessoas físicas, na agricultura familiar. Destacou as implicações da aplicação dessa modalidade de contrato na região e as dificuldades encontradas com a GFIP e a excessiva burocracia para o recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS. Avaliou os custos decorrentes da necessidade de contratação de profissional da área contábil para apoiar o processo e emitir os documentos requeridos. Mencionou a avaliação da FETAESC e CONTAG sobre os gargalos para a simplificação do processo de contratação encaminhada ao Ministério da Previdência Social e que, desde então, está sendo discutida no grupo de trabalho formado por diversos representantes institucionais.

Apresentou detalhadamente o modelo informatizado de contrato aplicado na região desde o final de 2010 e informou os municípios que estão utilizando o contrato por curta duração para formalização de trabalhadores: Ituporanga, Imbuia e Vidal Ramos, Araranguá e Criciúma, por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais-STR/SC.

Após a apresentação, os participantes explicitaram a importância de disseminação e adaptação do modelo de contratação por curta duração com base na experiência do piloto de Ituporanga/SC para o restante do País e outros setores de atividade econômica, a exemplo da construção civil. Comentaram o interesse de fortalecer as discussões e entendimentos do grupo de trabalho interministerial para atender esse público, notadamente quanto à expectativa de se criar um código simplificado específico para o segurado especial para articular e integrar os sistemas de registros administrativos do governo, em especial da receita federal e ministérios das áreas sociais.

DIÁLOGO SOCIAL - DEFINIÇÕES E PONTOS CRÍTICOS

Os participantes da oficina foram divididos em 4 grupos para refletir coletivamente sobre a definição de “diálogo social” e levantar os pontos críticos, o que resultou nas seguintes formulações:

Definições de Diálogo Social

GRUPO 1:

- Concentração entre diferentes concepções visando alcançar objetivos maiores;
- Discussão franca entre os atores sociais a respeito dos problemas que afetam a sociedade.

GRUPO 2:

- Multipartismo- visões-representatividade- negociação- consenso- processo.

GRUPO 3:

- Espaço de construção de agendas de atuação formadas a partir de consensos entre diferentes atores.

GRUPO 4:

- Motivação, envolvimento, o que faz com que o ator deixe de exercer suas atividades para se envolver de forma participativa num processo longo de discussão;
- Espaço que amplia horizontes/agrega ações e valores;
- Espaço democrático exercício/processo tripartite, visando construir soluções para temas incomuns.

Pontos Críticos do Diálogo Social

GRUPO 1:

- Diálogo social não descarta a pressão (maior disposição para o diálogo e menos para a pressão)
- Ausência de consciência previdenciária e da cultura do diálogo social;
- Intransigência dos diversos segmentos e setores diferentes;
- Instabilidade da economia brasileira;
- Sobrevalorização cambial/desindustrialização;

GRUPO 2:

- Ausência da cultura do diálogo;
- Legitimidade da representação;
- Identificação dos atores;
- Mobilização/motivação/informações.

GRUPO 3:

- Falta de representatividade por parte dos atores (dos empregados e empregadores);
- Falta de educação sobre o diálogo social (conhecimento sobre os caminhos, os meios e o espaço de negociação)
- Convencimento das ações efetivas;
- Reconhecimento orçamentário;
- Atores sociais com poderes desiguais – necessidade de fortalecer os atores – histórico democrático recente.

GRUPO 4:

- Dificuldade: Planejado x executado;
- Distância entre a teoria e a prática;
- Manter rede mobilizada com a participação contínua de todos os atores;
- Viabilidade de mudança de cultura.

ENCAMINHAMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO NOS PILOTOS:

- Cada piloto irá propor o calendário de cursos de capacitação que reflita o plano de ação local construído por meio do diálogo social;
- O cronograma de atividades de capacitação será apresentado à Coordenação geral do projeto até o final de junho de 2011;

- Os cursos de capacitação serão realizados em todos os pilotos a partir do segundo semestre de 2011, conforme previsto no projeto com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

METAS DE FORMALIZAÇÃO NOS PILOTOS SELECIONADOS

A linha de base para o acompanhamento da meta de 5.000 formalizações nos cinco pilotos, estabelecendo o marco zero e a metodologia de acompanhamento específica para cada localidade foi definida conforme o que se segue:

PILOTO SETOR RURAL (ITUPORANGA/SC)- Levantamento dos registros realizados por meio do programa desenvolvido e implantado pela empresa SoftArt /FETAESC na região da cultura da cebola, com base na Lei nº. 11.718/2008. Dados contabilizados a partir de 14 de outubro de 2010.

PILOTO CONSTRUÇÃO CIVIL (CURITIBA/PR) – Registro dos casos de formalização alcançados no âmbito do Comitê de Incentivo à Formalização em Curitiba. Contabilização dos dados a partir de 2010.

PILOTO COMÉRCIO (PORTO ALEGRE/RS) - Acompanhamento da formalização dos autônomos no comércio de Porto Alegre, por meio das informações sobre o Micro Empreendedor Individual – MEI- do SEBRAE/RS e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DIEESE). Contabilização dos dados a partir de janeiro de 2011.

PILOTO CONFECÇÃO (AGRESTE PERNAMBUCANO) – Levantamento das informações disponíveis no CAGED/MTE e RAIS/MTE. Especificamente, a evolução do número de trabalhadores formais na região do agreste, a partir de maio de 2010.

AVALIAÇÃO

Os participantes da oficina ressaltaram a evolução no grau de entendimento sobre as realidades locais, não apenas nos aspectos quantitativos, como também nos qualitativos, o que propicia maior capacidade de intervenção e de formulação de políticas públicas. A expectativa geral é de se incrementar ainda mais os resultados a partir da implantação das ações propostas para 2011. Mencionaram a importância de se

complementar o diagnóstico com pesquisas primárias e metodologia de grupo focal para aprofundar o conhecimento sobre o perfil do trabalhador informal e suas demandas por qualificação. Registraram, por fim, o avanço na definição de “informalidade” e, principalmente, no entendimento do significado de “diálogo social” para o grupo de parceiros no projeto.

ANEXO 1- FOTOS DA OFICINA

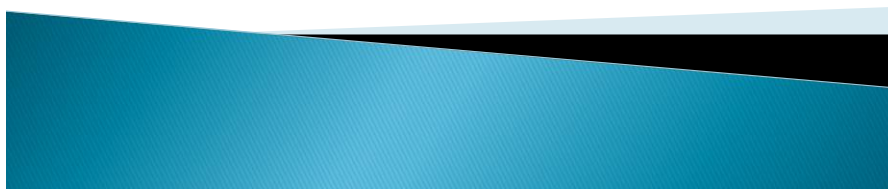




ANEXO 2- APRESENTAÇÕES

Piloto Curitiba Construção civil

Indicadores e ações em 2011




Integração com a SMTE– Curitiba

- ▶ Envio de folders do projeto para assessoria da SMTE
- ▶ Visitas da SMTE aos postos de atendimento ao trabalhador do município
 - Distribuição do folder aos supervisores e atendentes
 - Explicação sobre o projeto e importância da intermediação na geração de melhores postos (encaminhamento para qualificação, instruções sobre SD, inserção mais qualificada)



Integração com a SMTE– Curitiba

- ▶ Divulgação do projeto nos eventos da SMTE
- ▶ Observatório e SMTE: capacitação sobre trabalho decente e integração do projeto na agenda de TD do município



Participação no comitê de incentivo à formalidade

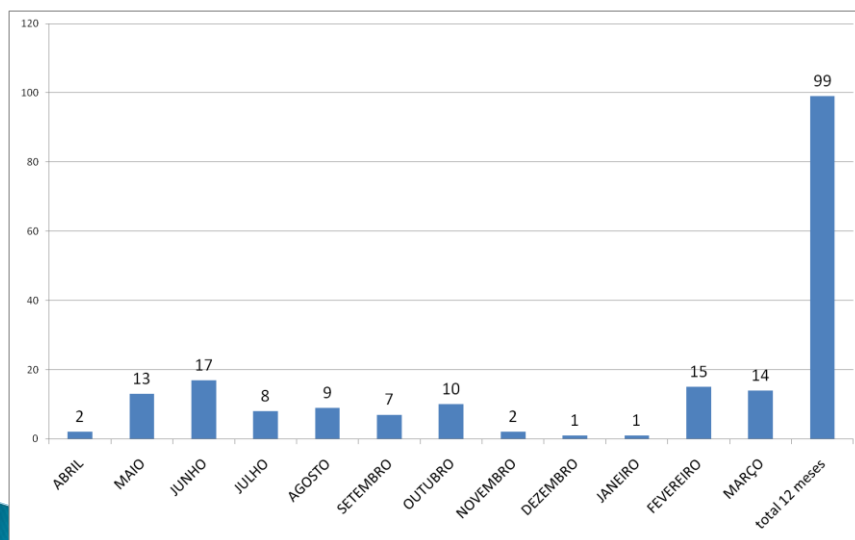
- ▶ Integração do projeto com as ações do comitê de incentivo à formalidade na construção civil (PR)
- ▶ Participação nas reuniões mensais do Comitê
- ▶ Participação na reedição da cartilha com orientações trabalhistas, previdenciárias, de segurança e técnicas na construção de obras.
 - Participação na revisão (comitê técnico)
 - Participação na confecção

Participação no comitê de incentivo à formalidade

- ▶ Possibilidade de participar da confecção de folhetos que serão distribuídos no dia do Trabalhador (feira do emprego e da qualificação)

(TRABALHADOR: CONFIRA AS PRINCIPAIS VANTAGENS DE TER SUA CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA!)

Indicadores – resultados do projeto



Indicadores – resultados do projeto

	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Total
Obras visitadas	19	21	45	29	26	26	23	40	9	8	56	41	343
Total de trabalhadores encontrados	268	221	268	193	161	349	149	284	90	45	414	262	2.704
Total com registro encontrados	124	124	108	121	95	227	55	139	48	28	205	122	1.396
Total sem registro	144	97	160	72	66	122	94	145	42	17	209	140	1.308
Informalidade antes	53,7%	43,9%	59,7%	37,3%	41,0%	35,0%	63,1%	51,1%	46,7%	37,8%	50,5%	53,4%	48,4%
Informalidade pós-comitê	53,0%	38,0%	53,4%	33,2%	35,4%	33,0%	56,4%	50,4%	45,6%	35,6%	46,9%	48,1%	44,7%
Registrados pós-comitê	2	13	17	8	9	7	10	2	1	1	15	14	99
Total registrados pós-comitê	126	137	125	129	104	234	65	141	49	29	220	136	1.495
Formalidade antes	46,3%	56,1%	40,3%	62,7%	59,0%	65,0%	36,9%	48,9%	53,3%	62,2%	49,5%	46,6%	51,6%
Formalidade pós-comitê	47,0%	62,0%	46,6%	66,8%	64,6%	67,0%	43,6%	49,6%	54,4%	64,4%	53,1%	51,9%	55,3%

Indicadores Piloto Comércio Porto Alegre

São Paulo, Abril 2011

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Plano de Ação 2011

- Definir o cronograma de execução (plano de ação 2011);
- Reuniões com a Secretaria Municipal- SMIC
- SINDEC, DRT, SEBRAE, SMIC e DIEESE ;
- Realizar uma “Plenária de Sensibilização”;
- Fortalecer o Plano setorial de qualificação;
- Priorizar a capacitação voltada para: financiamento; qualificação de mão-de-obra e gestão;
- Realizar uma oficina com as entidades;
- Ampliar e fortalecer a rede local.
-

PESQUISA/ENQUETE CAMELÓDRAMO

- Levantamento fontes, questionários e bases de referencias
- Elaboração escopo preliminar questionário
- Elaboração Cronograma da Pesquisa (elaboração e validação dos instrumentos de coleta, planejamento de campo, execução de campo, estruturação banco de dados, digitação dos questionários, processamento, analise principais resultados, editoração e impressão do estudo)

ÔNIBUS DA FORMALIZAÇÃO

- Conhecer a experiência e registrar as possibilidades de atendimento aos autônomos (qual é o pacote: alvará, documentos, crédito, qualificação MEI?). Isso pode ser replicado em outras localidades? Qual é o impacto dessa política?



A partir de abril, 37 bairros. O ônibus terá um técnico de cada entidade à disposição do público, com orientação sobre gestão empresarial, formalização de pequenos negócios, microcrédito, alvarás e licenças municipais, além de pequenas assessorias em grupos e a podendo concretizar, no local, a formalização como Empreendedor Individual (EI).

MEI formalizados em Porto Alegre 2010-2011

Nome	Total
Porto Alegre - 2010	5678
Porto Alegre - 2011	1678
Total (acumulado)	7356

Fonte: SEBRAE RS Regional Metropolitana

<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/estatisticas.asp/Estatisticas/SimeiPorMunicipio.aspx?ano=2010&evento>

Distribuição Ocupados Comércio POA

Forma de Inserção Ocupacional	Porto Alegre		
	1999	2009	2010
Total de Ocupados no Comércio	100,0	100,0	100,0
Empregados	60,4	70,1	69,1
Emprego protegido (1)	44,5	59,1	59,7
Emprego subcontratado (2)	7,0	- (6)	- (6)
Emprego ilegal (3)	8,9	8,2	7,3
Trabalhadores Independentes	30,4	21,6	22,0
Conta Própria (4)	27,5	19,6	19,7
Pequenos Empregadores (5)	- (6)	- (6)	- (6)
Profissional Universitário Autônomo	- (6)	- (6)	- (6)
Demais ocupados	9,2	8,3	8,9

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.

(1) Incluem os empregados com carteira assinada pelo setor privado e público e o estatutário pelo setor público.
(2) Incluem os assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa.
(3) Incluem os empregados sem carteira assinada do setor privado e do setor público.
(4) Incluem autônomo para mais de uma empresa, autônomo para o público e dono de negócio familiar.
(5) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.
(6) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Estimativa de Ocupados Comercio POA

Forma de Inserção Ocupacional	Porto Alegre		
	1999	2009	2010
Total de Ocupados no Comércio	89	108	108
Empregados	54	76	75
Emprego protegido (1)	40	64	64
Emprego subcontratado (2)	6	- (6)	- (6)
Emprego ilegal (3)	8	9	8
Trabalhadores Independentes	27	23	24
Conta Própria (4)	24	21	21
Pequenos Empregadores (5)	- (6)	- (6)	- (6)
Profissional Universitário Autônomo	- (6)	- (6)	- (6)
Demais ocupados	8	9	10

Fonte: DIEESE/SEADE- PED
Elaboração: DIEESE

I Oficina 2011

Metas de Formalização nos Pilotos

Pólo de Confecção

Agreste Pernambucano

Abr/2011



Número de estabelecimentos e de trabalhadores do setor têxtil e de confecções
Brasil, Pernambuco e municípios do Pólo do Agreste Pernambucano – 2008 e 2009

REGIÃO	2008		2009		Variação	
	ESTABELECIDAMENTOS	TRABALHADORES EM31/12	ESTABELECIDAMENTOS	TRABALHADORES EM31/12	Estabelecimentos	Trabalhadores
BRASIL	207.975	1.563.899	219.655	1.611.922	5,6	3,1
REGIÃO NORDESTE	29.759	251.483	31.955	260.781	7,4	3,7
PERNAMBUCO	5.839	40.768	6.298	42.895	7,9	5,2
POLO TÊXTIL DO AGRESTE PERNAMBUCANO	2.219	16.228	2.401	17.411	8,2	7,3
Agrestina	10	49	12	46	20,0	-6,1
Bezerros	23	56	24	62	4,3	10,7
Brejo da Madre de Deus	9	106	16	121	77,8	14,2
Caruaru	1.212	9.225	1.276	9.146	5,3	-0,9
Cupira	15	163	22	308	46,7	89,0
Frei Miguelinho	1	2	1	2	0,0	0,0
Riacho das Almas	27	155	28	153	3,7	-1,3
Santa Cruz do Capibaribe	476	3.632	540	4.201	13,4	15,7
Santa Maria do Cambuca	3	19	3	24	0,0	26,3
Sao Caitano	7	123	9	139	28,6	13,0
Sao Joaquim do Monte	2	5	3	6	50,0	20,0
Sao Vicente Ferrer	2	3	2	2	0,0	-33,3
Surubim	58	434	76	626	31,0	44,2
Tacaimbo	0	0	0	0		
Taquaritinga do Norte	32	378	35	490	9,4	29,6
Toritama	342	1.878	354	2.085	3,5	11,0

Fonte: RAIS - MTE
Elaboração: DIEESE

**Número de estabelecimentos e de trabalhadores do setor têxtil
Municípios selecionados - 2006 a 2009**

MUNICÍPIOS	2009			2008			2007					
	ESTABELECIMENTOS	%	TRABALHADORES EM 31/12	%	ESTABELECIMENTOS	%	TRABALHADORES EM 31/12	%	ESTABELECIMENTOS	%	TRABALHADORES EM 31/12	%
Caruaru	1.276	58,8	9.146	59,3	1.212	59,7	9.225	62,6	1.152	59,2	8.329	60,3
Santa Cruz do Capibaribe	540	24,9	4.201	27,2	476	23,4	3.632	24,6	461	23,7	3.558	25,8
Toritama	354	16,3	2.085	13,5	342	16,8	1.878	12,7	334	17,2	1.917	13,9
Total	2.170	100,0	15.432	100,0	2.030	100,0	14.735	100,0	1.947	100,0	13.804	100,0

Fonte: RAIS - MTE
Elaboração: DIEESE

**Admitidos e desligados no setor têxtil e de confecções
Municípios selecionados - 2010**

ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE)	CARUARU			SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE			TORITAMA		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
CLASSE 13111 - Preparação e fiação de fibras de algodão	1	1	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13120 - Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	0	0	0	19	11	8	0	0	0
CLASSE 13138 - Fiação de fibras artificiais e sintéticas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13146 - Fabricação de linhas para costurar e bordar	42	33	9	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13219 - Tecelagem de fios de algodão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13227 - Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	72	44	28	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13235 - Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	21	22	-1	5	0	5	0	0	0
CLASSE 13308 - Fabricação de tecidos de malha	4	1	3	1	1	0	0	0	0
CLASSE 13405 - Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	78	63	15	64	55	9	86	50	36
CLASSE 13511 - Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	42	20	22	0	0	0	1	2	-1
CLASSE 13529 - Fabricação de artefatos de tapeçaria	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13537 - Fabricação de artefatos de cordoaria	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13545 - Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13596 - Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	98	135	-37	98	102	-4	16	13	3
CLASSE 14118 - Confecção de roupas íntimas	195	135	60	577	480	97	9	4	5
CLASSE 14126 - Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	2.243	2.054	189	1.019	836	183	530	456	74
CLASSE 14134 - Confecção de roupas profissionais	7	4	3	0	0	0	0	0	0
CLASSE 14142 - Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	191	209	-18	1	2	-1	11	33	-22
CLASSE 14215 - Fabricação de meias	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 14223 - Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotas	5	5	0	0	0	0	2	0	2
CLASSE 46168 - Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 46419 - Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho	269	208	61	152	108	44	29	19	10
CLASSE 46427 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios	152	115	37	69	43	26	59	32	27
CLASSE 47814 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	1.080	912	168	179	118	61	223	184	39
Total	4.500	3.961	539	2.184	1.756	428	966	793	173

Fonte: Caged - MTE
Elaboração: DIEESE

**Número de trabalhadores segundo setores e subsetores de atividade econômica
Municípios selecionados - 2009**

SETORES E SUBSETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Caruaru		Santa Cruz do Capibaribe		Toritama	
	TRAB. 31/12	%	TRAB. 31/12	%	TRAB. 31/12	%
Extrativa mineral	43	0,08	4	0,05	0	0
Indústria de Transformação	11.973	22	3.774	43	1.594	36
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.018	1,9	14	0,16	0	0
Indústria metalúrgica	262	0,49	12	0,14	4	0,09
Indústria mecânica	79	0,15	0	0	0	0
Indústria do material elétrico e de comunicações	68	0,13	0	0	0	0
Indústria do material de transporte	120	0,22	0	0	0	0
Indústria da madeira e do mobiliário	246	0,46	1	0,01	0	0
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	591	1,1	15	0,17	0	0
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. div.	204	0,38	1	0,01	0	0
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, pe	464	0,87	16	0,18	3	0,07
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	6.610	12,35	3.628	41,44	1.531	34,09
Indústria de calçados	71	0,13	0	0	0	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etilí	2.240	4,19	87	0,99	56	1,25
Serviços industriais de utilidade pública	99	0,18	8	0,09	0	0
Construção civil	1.803	3,37	236	2,7	24	0,53
Comércio	16.798	31	2.238	26	1.048	23
Comércio varejista	12.611	23,56	1.687	19,27	907	20,2
Comércio atacadista	4.187	7,82	551	6,29	141	3,14
Serviços	14.446	27	995	11	803	18
Instituições de crédito, seguros e capitalização	778	1,45	60	0,69	19	0,42
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, se	3.855	7,2	391	4,47	26	0,58
Transportes e comunicações	1.767	3,3	43	0,49	8	0,18
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenç	3.560	6,65	194	2,22	701	15,61
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.864	3,48	39	0,45	5	0,11
Ensino	2.622	4,9	268	3,06	44	0,98
Administração pública direta e autárquica	8.022	14,99	1.446	16,52	996	22,18
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo v	340	0,64	54	0,62	26	0,58
Total	53.524	100	8.755	100	4.491	100

Fonte: RAIS - MTE
Elaboração: DIEESE

**Número de trabalhadores do setor têxtil segundo sexo por ramo de atividade
Municípios selecionados - 2009**

SETORES	MUNICÍPIOS	Masculino		Feminino		Total TRAB. 31/12
		TRAB. 31/12	%	TRAB. 31/12	%	
SETOR TÊXTIL INDUSTRIAL	Caruaru	2.700	23,4	3.772	32,8	6.472
	Santa Cruz do Capibaribe	1.997	17,3	1.519	13,2	3.516
	Toritama	945	8,2	586	5,1	1.531
	Total	5.642	49,0	5.877	51,0	11.519
SETOR TÊXTIL COMÉRCIO	Caruaru	918	23,5	1.756	44,9	2.674
	Santa Cruz do Capibaribe	400	10,2	285	7,3	685
	Toritama	192	4,9	362	9,3	554
	Total	1.510	38,6	2.403	61,4	3.913
TOTAL	Caruaru	3.618	23,4	5.528	35,8	9.146
	Santa Cruz do Capibaribe	2.397	15,5	1.804	11,7	4.201
	Toritama	1.137	7,4	948	6,1	2.085
	Total	7.152	46,4	8.280	53,7	15.432

Fonte: RAIS - MTE
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) a indústria têxtil foi formada a partir da soma das CNAEs: 13111, 13120, 13138, 13146, 13219, 13227, 13235, 13308, 13405, 13511, 13529, 13537, 13545, 13596, 14118, 14126, 14134, 14142, 14215 e 14223.

(2) o comércio foi formado a partir da soma das CNAEs: 46168, 46419, 46427 e 47814.

**Número de trabalhadores do setor têxtil segundo faixa etária por ramo de atividade
Municípios selecionados - 2009**

SETORES	FAIXA ETÁRIA	Caruaru		Santa Cruz do Capibaribe		Toritama		Total	
		TRAB. 31/12	%	TRAB. 31/13	%	TRAB. 31/14	%	TRAB. 31/15	%
SETOR TÊXTIL INDUSTRIAL	15 A 17	108	1,7	74	2,1	16	1,1	198	1,7
	18 A 24	2.147	33,2	1.428	40,6	537	35,1	4.112	35,7
	25 A 29	1.442	22,3	914	26,0	406	26,5	2.762	24,0
	30 A 39	1.777	27,5	851	24,2	426	27,8	3.054	26,5
	40 A 49	775	12,0	210	6,0	124	8,1	1.109	9,6
	50 A 64	221	3,4	39	1,1	22	1,4	282	2,5
	65 OU MAIS	2	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,0
	IGNORADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	TOTAL	6.472	100,0	3.516	100,0	1.531	100,0	11.519	100,0
SETOR TÊXTIL COMÉRCIO	15 A 17	66	2,5	11	1,6	5	0,9	82	2,1
	18 A 24	1.023	38,3	247	36,1	244	44,0	1.514	38,7
	25 A 29	620	23,2	174	25,4	157	28,3	951	24,3
	30 A 39	618	23,1	181	26,4	110	19,9	909	23,2
	40 A 49	275	10,3	56	8,2	32	5,8	363	9,3
	50 A 64	71	2,7	15	2,2	6	1,1	92	2,4
	65 OU MAIS	1	0,0	1	0,2	0	0,0	2	0,1
	IGNORADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	TOTAL	2.674	100,0	685	100,0	554	100,0	3.913	100,0
TOTAL	15 A 17	174	1,9	85	2,0	21	1,0	280	1,8
	18 A 24	3.170	34,7	1.675	39,9	781	37,5	5.626	36,5
	25 A 29	2.062	22,6	1.088	25,9	563	27,0	3.713	24,1
	30 A 39	2.395	26,2	1.032	24,6	536	25,7	3.963	25,7
	40 A 49	1.050	11,5	266	6,3	156	7,5	1.472	9,5
	50 A 64	292	3,2	54	1,3	28	1,3	374	2,4
	65 OU MAIS	3	0,0	1	0,0	0	0,0	4	0,0
	IGNORADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	TOTAL	9.146	100,0	4.201	100,0	2.085	100,0	15.432	100,0

Fonte: RAIS - MTE

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) a indústria têxtil foi formada a partir da soma das CNAEs: 13111, 13120, 13138, 13146, 13219, 13227, 13235, 13308, 13405, 13511, 13529, 13537, 13545, 13596, 14118, 14126, 14134, 14142, 14215 e 14223.

(2) o comércio foi formado a partir da soma das CNAEs: 46168, 46419, 46427 e 47814.

**Estimativa e distribuição dos ocupados, no trabalho principal,
segundo forma de inserção ocupacional
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/2006**

Formas de Contratação	Estimativa (em 1.000 pessoas)	%
Total de Ocupados	220	100,0
Contratados	121	55,2
À margem da modalidade padrão	69	31,2
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Privado	38	17,4
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)	(3)
Assalariados Contratados em Serviços Terceirizados	(3)	(3)
Autônomos que Trabalham para uma Empresa	26	11,6
Na modalidade padrão	53	24,0
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado	39	17,6
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)	(3)
Estatutário pelo Setor Público	11	5,1
Trabalhadores Independentes	63	28,5
Conta Própria	60	27,5
Autônomo para mais de uma empresa	7	3,2
Autônomo para o público	47	21,3
Dono de negócio familiar	6	2,9
Pequenos Empregadores (2)	(3)	(3)
Profissional Universitário Autônomo	-	-
Empregados Domésticos	12	5,5
Demais ocupados	24	10,8

Fonte: Convênio DIEESE - MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005. Metodologia PED - DIEESE/SEADE

Elaboração: DIEESE

(1) Corresponde ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravataí, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

(2) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**Proporção do ocupados que contribuem para a previdência, no
trabalho principal,
segundo forma de inserção ocupacional
Município de Caruaru e Entorno
Trimestre set-nov/200**

Formas de Contratação	(em %)
Set-Out-Nov/06	
Total de Ocupados	30,3
Contratados	47,1
À margem da modalidade padrão	(3)
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Privado	(3)
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)
Assalariados Contratados em Serviços Terceirizados	(3)
Autônomos que Trabalham para uma Empresa	(3)
Na modalidade padrão	100,0
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado	100,0
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)
Estatutário pelo Setor Público	100,0
Trabalhadores Independentes	(3)
Conta Própria	(3)
Autônomo para mais de uma empresa	(3)
Autônomo para o público	(3)
Dono de negócio familiar	(3)
Pequenos Empregadores (2)	(3)
Profissional Universitário Autônomo	-
Empregados Domésticos	(3)
Demais ocupados	(3)

Fonte: Convênio DIEESE - MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005. Metodologia PED - DIEESE/SEADE
Elaboração: DIEESE

(1) Corresponde ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

(2) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Plano de Ações

- Implementar uma política de formalização na perspectiva de orientação no processo de forma educativa.
- Promover ações que estimulem a mudança cultural da região (lucro imediato).
- Aperfeiçoar mão-de-obra através da capacitação continuada e práticas operativas de profissionalização.

Indicadores

- MEI
- CAGED, RAIS
- Cadastro da JUCEPE
- INPI (marcas registradas)
- Rodada de Negócios – só participam empreendimentos formais
- Compras governamentais – Secretaria da Fazenda

Planejamento Estratégico do Pólo

- Instauração do Núcleo Gestor da Cadeia T&C.
- Sócios do Núcleo Gestor: FACEP, SINDVEST, SINDTEXTIL
- 7 grupos de Trabalho: Aumentar a formalidade dos Empreendimentos da Cadeia T&C
 - Coordenação: SDEC
 - JUCEPE, FIEPE, UPE, UFPE, ITEPE (DIEESE)
- Centro de Referência da Moda – centro de incubação do design da Moda – projetos informais que no prazo de 2 anos deve ser formalizado.

